

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Cuida-se de requerimento formulado pelo Sr. Pregoeiro Municipal, solicitando decisão final da Autoridade Máxima Municipal quanto aos atos praticados por ele e sua equipe de apoio, nos autos do Processo Administrativo nº 592/2022, referente ao Pregão Eletrônico nº 55/2022.

Vieram os autos ao Gabinete do Prefeito, para deliberação final;

É o necessário relatório;

Decido.

Sabe-se que todos os atos da Administração Pública devem ser motivados/fundamentados, sob pena de nulidade;

No caso concreto, determinei que os autos do presente processo administrativo fossem encaminhados à Procuradoria Jurídica do Município de Irupí, que lavrou o Parecer Jurídico;

Logo, por entender corretas e precisas as análises técnicas contidas na referida peça, APROVO o parecer e adoto as razões nele contidas como motivação da presente decisão, para todos os efeitos legais;

Sobre a possibilidade de utilização do parecer jurídico como parte integrante da decisão administrativa, para fins de fundamentação, transcreve-se o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

[...] 4. A autoridade julgadora pode acatar o parecer de sua Consultoria Jurídica, servindo aquele como elemento integrador do ato demissionário, sem que isso vicie o procedimento administrativo realizado. MS 8.496/DF, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/11/2004, DJ 24/11/2004, p. 225. Grifou-se

Ademais, com o advento do Decreto nº. 9.830/19, o tema se encontra pacificado:

Art. 2º Omissis

§3º A motivação poderá ser constituída por declaração de concordância com o conteúdo de notas técnicas, pareceres, informações, decisões ou propostas que precederam a decisão.

Ante o exposto, seguindo entendimento da Procuradoria Geral, DECLARO deserta a Licitação referente ao Pregão Eletrônico nº 55/2022.

Irupí/ES, 24 de outubro de 2022.

EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

